

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO: BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

**O IMAGINÁRIO SOBRE A ETNIA RIKBAK TSA: UMA REVISÃO NARRATIVA A
PARTIR DAS ANÁLISES DAS PRODUÇÕES DOS ACADÊMICOS DA AJES -
UNIDADE JUÍNA**

Autor: Alison Jalles Silva da Hora

Orientadora: Prof^a Ma. Marina Silveira Lopes

JUÍNA/2016

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO: BACHARELADO EM PSICOLOGIA

**O IMAGINÁRIO SOBRE A ETNIA *RIKBAK TSA*: UMA REVISÃO NARRATIVA A
PARTIR DAS ANÁLISES DAS PRODUÇÕES DOS ACADÊMICOS DA AJES -
UNIDADE JUÍNA**

Autor: Alison Jalles Silva da Hora

Orientadora: Prof^a Ma. Marina Silveira Lopes

Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de graduação de Bacharelado em Psicologia, da Ajes- Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena.

JUÍNA/2016

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO: BACHARELADO EM PSICOLOGIA

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Esp. Carine Silvestrim Hermes

Prof^a. Dr^a. Nádie Christina Ferreira Machado Spence

ORIENTADORA

Prof^a. Ma. Marina Silveira Lopes

AGRADECIMENTOS

Agradeço a realização deste trabalho primeiramente a Deus, em tudo que ele se manifesta. A Nossa Senhora que é mãe de Deus e intercessora dos aflitos que muito me auxiliou no andamento deste trabalho. A todos que são considerados irmãos por pela força que nos move e nos faz pertencer ao mundo.

A toda minha família que vem se tornando, cada vez mais meu suporte para os desafios presentes que a vida gera. Aos amigos que me aturaram nos momentos de estresse e de penumbra que me acometia algumas vezes.

Aos meus professores que muito me auxiliaram no processo de aprendizagem e aos momentos de desânimo e desabafo. Na pessoa da coordenadora do curso prof^a Dr^a. Nádie Christina Ferreira Machado Spence, sendo esta uma porta voz de minhas angústias, ansiedades e desabafos.

Às professoras Dr^a Valéria Melki Busin e Dr^a Elisabete Figueroa dos Santos, por me ensinar a amar a psicologia social e por muito me apoiar mesmo de longe em todo esse desafio. Além de se tornarem referências na busca de conhecimento e aproximação do psicólogo no social. Principalmente a Elizabete Figueroa do Santos que sua paixão por sua pesquisa me inspiram a tomar a iniciativa em buscar este tipo de área para uma futura atuação profissional.

À minha orientadora prof^a Ma. Marina Silveira Lopes, que muito me ajudou a ter em minhas expressões, dificuldades e angústias, me auxiliar da melhor maneira possível com seu conhecimento e cautela para com o aluno.

A Pastoral da Juventude na Diocese de Juína que foi minha bagagem de luta e resistência e que muito me auxilia na valorização da dignidade humana e o bem estar com o povo. Agradeço a PJ por tudo o que sou e procuro ser.

Aos meus colegas de turma que juntos enfrentamos as peripécias do curso e juntos formamos uma família que se apoia e dá apoio em tudo que é possível realizar.

Agradeço em fim a todos por tudo e o trabalho realizado é fruto de tudo que vocês me proporcionaram.

DEDICATORIA

Ao Deus que me deu a vida e sustento nestes momentos que mais necessitei, a meus pais pelo carinho e acolhida e aos amigos que vivenciaram os mesmos desafios.

EPÍGRAFE

Não lemos e escrevemos poesia porque é bonitinho. Lemos e escrevemos poesia porque somos membros da raça humana e a raça humana está repleta de paixão. E medicina, advocacia, administração e engenharia, são objetivos nobres e necessários para manter-se vivo. Mas a poesia, beleza, romance, amor... é para isso que vivemos.

Trecho retirado do Filme Sociedade dos Poetas Mortos

RESUMO

Durante o processo de colonização a dominação dos povos que habitavam o território brasileiro foi inevitável, o que levou aos primeiros conflitos. Isto se perpetuou até que o intenso confronto levasse a população indígena a perceber uma necessidade de refugiar dos ataques europeus, ocorrendo um êxodo dos mesmos para várias localidades do país, sendo que primeiramente foi dominada a faixa litorânea do país e em seguida as demais regiões. Isto faz com que a história de Juína seja lembrada por diversos períodos que marcam seu processo de colonização. A proposta dessa pesquisa pode desencadear um novo olhar sobre a população *Rikbaktsa*. Dessa forma, o objetivo principal dessa pesquisa é buscar entender o imaginário formado pela população juinense sobre etnia *Rikbaktsa*. Esse estudo se justifica pela necessidade de auxiliar na busca pela compreensão sobre a construção do imaginário indígena em produções acadêmicas do período de 2010 a 2015, na cidade de Juína MT, pois ainda é possível observar o preconceito dos não indígenas com as etnias. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e exploratório, sendo realizada uma análise de narrativas para a discussão do olhar que se tem sobre esses nativos, onde foi possível perceber que o imaginário sobre a população *Rikbaktsa* ainda está atrelado á pensamentos antropológicos antigos que se perpetuam por influência da mídia ou fatores históricos culturais oriundos desde o processo de colonização, por mais que se tenham mudanças de concepção desses povos na atualidade.

Palavras-chave: Colonização de Mato Grosso. Juína. *Rikbaktsa*. Imaginário.

ABSTRACT

During the process of colonization the domination of the people who inhabited the Brazilian territory was inevitable, which induce to the first conflicts. This was perpetuated until the intense confrontation led the indigenous population to perceive a need to take refuge from the European attacks, occurring an exodus of the same to several localities of the country, being that first was dominated the coastal areas of the country and soon the other regions. This makes the Juína history be remembered for several periods that mark its colonization process. The proposal of this research may initiate a new look at the Rikbaktsa population. Thus, the main objective of this research is to understand the imaginary formed by the population of Rikbaktsa. This study is justified by the need to aid in the search for understanding of the construction of the indigenous imaginary in academic productions from the period 2010 to 2015, in the Juína city, since it is still possible to observe the prejudice of non - indigenous peoples and ethnic groups. For this, a qualitative and exploratory bibliographical research was carried out, and an analysis of narratives was carried out to discuss the gaze one has about these natives, where it was possible to perceive that the imaginary about the Rikbaktsa population is still coupled to ancient anthropological thoughts Which are perpetuated by the influence of the media or cultural historical factors originating from the process of colonization, regardless of whether there are changes in the conception of these peoples today.

Keywords: Colonization of Mato Grosso. Juina. Rikbaktsa. Imaginary.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Tronco Linguístico Macro-jê.....	17
QUADRO 2- Dados disponíveis sobre os trabalhos selecionados para análise e discussão.....	31

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Mapa do Brasil de 1889.....	16
Figura 02: Mapa da Região Centro-Oeste.....	22
Figura 03: Mapa de Mato Grosso- Juína.....	24
Figura 04: Mapa Raposa Serra do Sol.....	27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 HISTÓRIA SUA, NOSSA: INDÍGENAS BRASILEIROS, NÃO, BRASILEIROS INDÍGENAS	14
3 REALIDADE OU IMAGINÁRIO: O INDÍGENA DIANTE DOS OLHARES DO NÃO INDÍGENA.....	18
3.1 REGIÃO CENTRO-OESTE: A NATUREZA FAZ HISTÓRIA, A DIVERSIDADE DE UMA CULTURA.....	22
3.2 BRASIL, AMADA PÁTRIA: DE QUAIS FILHOS DESTE SOLO ÉS MÃE GENTIL?.....	25
4 METODOLOGIA	29
5 ANÁLISE DO IMAGINÁRIO INDÍGENA NAS ALDEIAS RIKBAK TSA: PRODUÇÕES LITERÁRIAS DOS UNIVERSITÁRIOS DA AJES	33
6 CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

O Processo histórico sobre a colonização brasileira se iniciou com a expansão das grandes navegações¹, tendo como objetivo a exploração de recursos naturais - ouro, gás natural etc - que ocorria no período em que grandes países da época buscavam a dominação de terras desconhecidas. A África e a Ásia eram o foco principal, pois a Espanha e Portugal consideravam que esses países eram os grandes possuidores de tais riquezas.

Nessa premissa, em 1492, Cristovam Colombo acreditou ter chegado nas Índias, colocando o nome dos povos que aqui habitavam de índios. A terra até então desconhecida era admirada por suas riquezas e foi disputada pelas grandes potências ibéricas da época que era Portugal e Espanha, o que leva pouco tempo depois a um tratado para sua divisão, e em 1500 por um erro náutico a coroa portuguesa chega em terras Tupis, ou seja, Brasil.

Durante esse processo de colonização das terras brasileiras a dominação dos povos que habitavam foi inevitável, o que levou aos primeiros conflitos. Isto se perpetuou até que o intenso confronto levou a população indígena a perceber uma necessidade de refugiar dos ataques europeus, ocorrendo um êxodo dos mesmos para várias localidades do país, sendo que primeiramente foi dominada a faixa litorânea do país e em seguida as demais regiões.

No intuito de dominar os povos indígenas, os colonizadores acabaram por utilizar uma única forma de identificação para esses povos, sendo então identificados de índios. Isto se perpetua até os dias atuais o que faz crescer a necessidade de um debate étnico-racial no país para que os povos indígenas não sejam colocados como pertencentes a um único grupo, mas respeitados como povos de diversidades culturais.

A herança da dominação dos povos indígenas originou a construção de um imaginário² indígena ora como o modelo rousseauiano, o bom selvagem e ora como aqueles selvagens, brutos, sanguinários que matam a flechadas aqueles que tentam se aproximar.

¹ Grandes viagens oceânicas iniciadas no século XV (APOLONÁRIO, 2007, p.186).

² O imaginário, portanto, de maneira geral, é a faculdade originária de pôr ou dar-se, sob a forma de apresentação de uma coisa, ou fazer aparecer uma imagem e uma relação que não são dadas diretamente na percepção (LAPLATINE e TRINDADE, 2005, p. 8).

Neste trabalho optou por utilizar a terminologia etnia³ para se referir aos povos indígenas que habitavam a região, pois o conceito de raça não se aplica a seres humanos, segundo (SANTOS *et al*, 2010, p.2) existe diferença ao se utilizar o termo raça e etnia. Para ele “raça é um termo não científico que somente pode ter significado biológico quando o ser se apresenta homogêneo, estritamente puro; como em algumas espécies de animais domésticos”, sendo essas características não encontradas em seres humanos.

A partir desses pressupostos levantamos os seguintes questionamentos: Como o indígena é visto pela sociedade contemporânea⁴? Como se iniciou esse olhar de discriminação em relação aos povos indígenas? De que forma os juinenses veem os indígenas *Rikbaktsa*?

Buscou-se, com esse trabalho, entender o imaginário formado pela população juinense, acerca da etnia *Rikbaktsa*. Bem como fazer uma revisão da literatura a partir de monografias que abordam o tema; refletir sobre o imaginário que se tem do indígena juinense em nossa sociedade e analisar essa discriminação diante das literaturas analisadas.

A importância em discutir o conceito do imaginário dos não indígenas em relação a etnia *Rikbaktsa* vem ao encontro das necessidades da atualidade de nosso município, fazendo-se necessário uma discussão sobre o que é imaginário e o que é realidade, proposta esta que poderá desencadear um novo olhar dos não indígenas sobre os nativos *Rikbaktsa* e outras etnias presentes em nosso município, haja vista que quando se sabe diferenciar o real do imaginário as diferenças tendem a diminuir.

Sendo assim, esse estudo se justifica pela necessidade de auxiliar na busca pela compreensão sobre a construção do imaginário indígena em produções acadêmicas no período de 2010 a 2015, na cidade de Juína MT.

Esse trabalho se estrutura em capítulos. O primeiro, História sua, nossa: indígenas brasileiros não, brasileiros indígenas, o segundo: Realidade ou imaginário: o indígena diante dos olhares do não indígena; O terceiro: a metodologia, no quarto

³ Etnia refere-se ao âmbito cultural; um grupo étnico é uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas, culturais e semelhanças genéticas (SANTOS *et al*, 2010, p. 124).

⁴ Contemporâneo é um adjetivo que faz referência ao que é do mesmo tempo, que viveu na mesma época. Contemporâneo designa quem ou o que partilha ou partilhou o mesmo tempo, o mesmo período. Disponível em: < <https://www.significados.com.br/contemporaneo/>> Acesso em: 28 set. 2016.

e quinto capítulo serão apresentadas a análise dos dados e discussão dos resultados com o título: *Análise do imaginário indígena nas aldeias Rikbaktsa: produções literárias dos universitários da Ajes e a conclusão*, assim respectivamente.

2 HISTÓRIA SUA, NOSSA: INDÍGENAS BRASILEIROS, NÃO, BRASILEIROS INDÍGENAS

Por muitas décadas os povos indígenas vêm sofrendo com o processo de colonização do Brasil, com a escravidão, perdas de terra e valores de costumes e culturas. Essas ações ainda interferem na vida indígena e principalmente na ideologia que os não indígenas tem com as diversas etnias brasileiras.

Antes da chegada dos colonizadores os povos que habitavam o continente americano tinham sua própria maneira de se organizar, suas culturas, crenças e costumes. Porém, como eram culturas orais, ao longo dos anos os registros sobre este período se perderam, restando apenas registros pontuais de determinadas épocas sobre as aldeias que foram extintas ou migraram para não serem exterminadas. O foco de atenção estava direcionado para as riquezas que poderiam ser enviadas para a Coroa de Portugal (FERREIRA, 2001).

Fausto (1995) complementa essa visão quando coloca que entre as perdas sofridas por alguns dos povos, estavam às práticas de agricultura e a economia de subsistência, voltada para o consumo próprio. As tribos tinham sua própria maneira de cultivar os alimentos e as formas de contato que os indígenas utilizavam entre si eram realizadas através da troca de mulheres ou artigos de luxo, como penas de aves e pedras para fazer artefatos próprios. Desta forma, surgiam as alianças como método de mediação, quando um grupo se posicionava contra o outro, isto também aumentava o prestígio dos homens, já que esta tarefa era própria deles.

A presença dos portugueses em terras brasileiras partiu de um tratado de limites de terras assinado em 1494, chamado de Tratado de Tordesilhas⁵ que significou um desastre para os povos indígenas. Os colonizadores vieram no período das grandes navegações com a presença de padres jesuítas, que eram confundidos pelos indígenas como xamãs que eram os especialistas em rituais e acreditavam que estes curavam e falavam das terras em abundância. Os portugueses eram temidos, respeitados e odiados pelo fato de se apresentarem como seres dotados de poderes místicos (FERREIRA, 2001).

⁵ Tratado de limites pelo qual o mundo americano ficou dividido em duas partes, cabendo a Portugal as terras que se situassem até 360 léguas a Leste das Ilhas de Cabo Verde, e cabendo à Espanha as do lado Oeste desse limite (SIQUEIRA, 2009, p. 04).

As disputas de terras entre os próprios indígenas de diferentes etnias vinham ao encontro das ganancias dos colonizadores, pois eles usavam dessa rivalidade para conquistar os indígenas e traziam eles para a disputa a favor de seus benefícios. Assim, muitos indígenas que resistiam a essa colonização sofriam violência cultural, epidemias e até a morte. Foi nesse período que nasceram as bandeiras⁶ paulistas, com fins lucrativos, onde buscavam aprisionar, capturar ou até mesmo exterminar os indígenas (SIQUEIRA, 2009).

Dessa forma as bandeiras paulistas ajudaram a colonizar o território Centro Oeste até a metade do século XVIII. Neste caminho de colonização foram descobertas as primeiras jazidas de ouro na localidade da província chamada de Arraial e em seguida de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, atualmente cidade de Cuiabá (JESUS, 2012).

Os indígenas que sobreviveram ao contato com os europeus formaram uma população mestiça ou se isolavam deslocando-se para regiões cada vez mais afastadas. Isto permitiu uma herança cultural, social e biológica importante para a história do Brasil, se tornando objeto de estudo até dias atuais (FAUSTO, 1995).

Simultaneamente no período da conquista de terras ordenada pela Coroa Portuguesa, a busca de riqueza foi se aprofundando tanto que em 1750 foi realizado o Tratado de Madri⁷, este acordo fez com que a região Centro-Oeste, onde se localiza o estado de Mato Grosso, pertencesse a Coroa Portuguesa fazendo com que as terras que antes eram desconhecidas pelos portugueses pudessem ser exploradas, considerando como um arco vantajoso para Portugal (CESAR, 2010).

Somente em 1899, Mato Grosso tornou-se um estado devido à proclamação da República e posteriormente, em 1977, foi desmembrado em dois estados, sendo eles: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, como se mantém até hoje (BARCELLOS & BUSATTO, 1987).

⁶ As bandeiras foram expedições organizadas para explorar o interior com o propósito de procurar riquezas minerais, tais como ouro, prata e pedras preciosas. Objetivavam também caçar e apresar índios para escravizá-los. As bandeiras tinham motivação particular, isto é, eram organizadas por colonos que se estabeleceram nos povoados. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/expedicoes-bandeiras/>> Acesso em: 27 set 2016.

⁷ Em 1750, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, pelo qual ficou estabelecido que a Espanha ficaria com a posse de Sacramento, enquanto Portugal ficaria com a Amazônia e o 'Centro-Oeste' (CÉSAR, 2010, p. 29).

A figura 1 mostra o estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul antes do desmembramento.

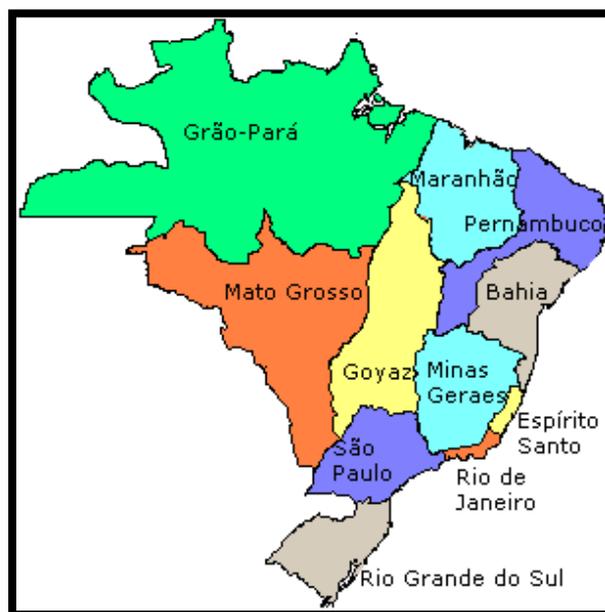


Figura 01: Mapa do Brasil do século XIX
Fonte: <verfassungen.net/br/staaten/>

Quando os colonizadores chegaram ao Brasil havia cerca de 8,5 milhões de indígenas, contudo com a colonização os mesmos foram sendo dizimados aos poucos. No censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi constatado o impacto da colonização para o extermínio de grande parte da população indígena, demonstrando que esta é de 896.917 indivíduos, destes 517.383 moram em terras indígenas e outros 379.534 residem fora delas. Enquanto que a população de não indígenas vem crescendo desde então, constituindo-se os indígenas em minoria absoluta (IBGE, 2010).

Ainda no censo de 2010 do IBGE as pessoas que se autodeclaram indígena na região Centro-Oeste são pouco mais de 130.494 de indivíduos, destes 42.538 pessoas, só no estado de Mato Grosso. Isto leva a crer que devido os indígenas de um modo geral vêm se reconhecendo como pertencentes a suas raízes étnicas que por muito tempo foi negada especialmente, pelos intensos conflitos causados por terras que permanece até dias atuais entre os povos indígenas e os não indígenas (IBGE, 2010).

O estado de Mato Grosso é composto por várias etnias indígenas, que estão distribuídos nos biomas do estado, sendo eles o cerrado, pantanal e floresta

amazônica. Todos os nativos dessas regiões passam por diversos problemas causados pelas fazendas que os cercam, como a monocultura. Segundo Crepaldi (2012, p.25) esses problemas são de “ordem cultural, econômicas e ambiental”.

Segundo os dados do IBGE (2010) o percentual das terras indígenas do estado de Mato Grosso é de 82, 3 %. A população indígena do estado é de 51.696 indivíduos, sendo que destas 42.525 estão em terras indígenas e o restante somado a 9.171 vivem foras delas.

Na cidade de Juína MT é possível encontrar indígenas que vivem em reservas⁸ e outros que vivem no centro urbano. Cada etnia que aqui se localiza faz parte de um tronco linguístico, os Rikbaktsa, por exemplo, fazem parte do tronco macro-jê (quadro 1).

Guató	Jê
Karajá	Rikbaktsa
Maxakalí	Yatê
Ofayé	

Quadro 1- Tronco Linguístico Macro-jê

Fonte: <pib.socioambiental.org>, 2016

Os troncos linguísticos são divididos segundo sua etnia indígena, costumes e de acordo com as regiões em que cada povo vive. O tronco linguístico Macro-jê está espalhado por todo o território nacional.

⁸ Reserva indígena é uma área destinada a servir de habitat a grupo indígena, com os meios suficientes à sua subsistência (LEGISLAÇÃO SOBRE O ÍNDIO, 2013, p. 60).

3 REALIDADE OU IMAGINÁRIO: O INDÍGENA DIANTE DOS OLHARES DO NÃO INDÍGENA

No início da colonização brasileira a ideia que se tinha dos indígenas era a de povos sem civilização, ou seja, aqueles que não se enquadravam no modelo da civilização europeia. Nesse sentido, os jesuítas tiveram a missão de catequizar os indígenas com o intuito de convertê-los a fé cristã, pois os europeus os consideravam como seres sem almas. Para (ROUSSEAU, 1978 *apud* LEOPOLDI, 2002) os povos indígenas eram vistos como animais, nesse ponto eram considerados como seres ligados ao extinto selvagem, desconsiderando qualquer lei social de organização europeia.

Esta ideia levava a crença de que os mesmos eram preguiçosos, selvagens e poderia se tornar perigoso a qualquer momento, ameaçando aqueles que eram civilizados. Essa imagem⁹ foi projetada para todas as potências europeias da época. Santilli (2000) coloca que existem várias interpretações da imagem dos indígenas no Brasil como, a do bom selvagem de Rosseau. Aquele, que em seu estado natural, não corrompido pela sociedade, está sempre em sintonia com a natureza desprovida de quaisquer tipos de maldades.

Entretanto, para Daniel Munduruku¹⁰ (2009) é necessário que as pessoas busquem sua ancestralidade para então compreender sua história. Talvez desta forma muitos indígenas não tivessem sido massacrados por tantos séculos. Esta ideia do imaginário indígena é construído justamente por este desconhecimento da ancestralidade, á embutido uma incompreensão do que seja a sua identidade cultural e social em que as pessoas vivem, levando a uma percepção negativa sobre os povos indígenas.

⁹ Imagens não são coisas concretas mas são criadas como parte do ato de pensar [...] Por exemplo, a imagem que fazemos de uma pessoa que conhecemos na atualidade ou no passado de nossa existência, não corresponde ao que ela é para si, ou para outrem que também a tenha conhecido, pois sempre é uma imagem marcada pelos sentimentos e experiências que tivemos em relação a ela. Atribuímos a essa pessoa qualidades físicas ou morais que, embora ela possa em parte possuir, são aumentadas ou denegridas, mutáveis, transformadas e plenas de significados que lhe fornecemos no percurso de nossas experiências e lembranças vividas e concebidas nos encontros e desencontros que com ela estabelecemos (LAPLANTINE e TRINDADE, 2005, p.2-3).

¹⁰ Daniel Munduruku é um escritor e professor brasileiro. Pertence à etnia indígena mundurucu. É graduado em filosofia, história e psicologia (MUNDURUKU, 2009).

Munduruku (2009) nos diz que entre os indígenas não existe uma crise existencial, e isto se justifica pelo fato destes povos viverem o presente, sem esquecer a sua ancestralidade. O autor ainda traz que o presente para os povos é o alicerce de sua ancestralidade, pois é onde reside toda a tradição e transmissão do saber indígena.

Pesavento (1995, p. 21), traz uma concepção de que “o imaginário não é um ensaio do real, mas evocação que dá sentido as coisa”, ou seja, diante da imagem que se constrói do indígena é confundida como se fosse o real, levando os sujeitos a perceberem aquilo que era ou é desconhecido colocando-o uma ideia imaginária que nem sempre é o real presente, já que “o imaginário social se expressa por símbolos¹¹, ritos, crenças, discursos e representação alegóricas figurativas” (PESAVENTO, 1995, p. 24).

Com efeito, Pino (2006) traz que o imaginário é uma capacidade de criação humana que permite a criação de imagens sendo desenvolvido no decorrer de sua história. Pino (2006 *apud* CRUZ, 2015, p. 363), diz que o imaginário deve “[...] apresentar-se em cada um dos homens como processo subjetivo que antecede os seus atos de criação, de efetivação no plano do real ou do simbólico daquilo que havia sido produzido no campo do imaginário”.

O imaginário para este autor é como uma função crucial, levando em consideração a outras como percepção e memória. Essa função permite uma relação entre o imaginário e a realidade, o que leva a compreensão de que segundo Pino (2006 *apud* CRUZ, 2015, p. 365) “toda criação imaginária parte de elementos tomados da realidade e resulta em uma modificação, uma reelaboração desses elementos”.

Isso faz com que as expressões simbólicas, que são as representações através de ideias ou ações presentes nos povos indígenas sejam moldadas muitas vezes por uma referência histórica de um discurso reproduzido de forma pejorativa e que não se confirma, já que está presente no imaginário da pessoa que a reproduz. Laplantine e Trindade (2005, p. 03) colocam que “(...) a imagem que temos de um objeto não é o próprio objeto, mas uma faceta do que nós sabemos sobre esse

¹¹ Símbolo se define como “um signo que é determinado pelo seu objeto dinâmico somente no contexto em que ele é interpretado” (LAPLATINE, 2005, p. 03).

objeto externo”. Isso quer dizer que, a imagem social é uma visão aprendida pelo sujeito por meio de um grupo social que ele pertença, por sua imaginação ou pensamento.

Esta visão constrói uma interpretação da imagem que se conecta com um olhar para a realidade. A realidade é construída a partir das ideias de símbolos. Contudo, as imagens normalmente podem se tornar apenas sinais de uma representação que não possui dados concretos desta realidade. As experiências sociais que os sujeitos têm ao longo de sua vida, vão construindo e ressignificando as representações simbólicas que existem, ou seja, vão dando um novo significado, e sentido as demonstrações dessas ideias (LAPLANTINE e TRINDADE, 2005).

Ainda, segundo os autores os sistemas simbólicos são utilizados para a construção de uma pluralidade de significados, ou seja, um mesmo símbolo pode ter vários significados, dependendo somente da ótica de quem o vê. Nesse sentido, ele ganha várias interpretações, não substituindo qualquer sentido anterior. O simbólico é então um conjunto de valores históricos que estão presentes na vida social das pessoas e que muitas vezes estão integradas as experiências cotidianas.

Toda a construção simbólica explica o porquê do imaginário fazer parte da representação que é percebida pelo indivíduo que a concebe, sendo apresentada de maneira intelectual ou cognitiva, e esta por sua vez é carregada de afetividade e emoções que justificam uma ideologia, onde muitos casos, são elaborados de forma a depreciar outros indivíduos, contradizendo a visão de Levi Strauss sobre o pensamento selvagem. Levy Strauss (1976, *apud* LORENZI [200?]) mostra que o pensamento selvagem e ou mítico se refere ao pensamento primitivo, dos povos tribais, nativos, sendo esse pensamento baseado no que é concreto, ou seja, aquilo que é mais sensível a realidade presente no meio como os costumes, ritos e mitos, diferentemente do pensamento moderno e ou científico, sendo este caracterizado como pensamentos abstratos.

Para Lorenzi ([200?], p.5) “O pensamento mítico ordena e reordena a realidade até encontrar um sentido nas coisas, enquanto o pensamento científico abstrai, para atribuir outro sentido às coisas”. Diante disso, a sociedade ainda possui a visão de que os indígenas permanecem parecidos com os povos aqui encontrados na época da colonização, como aqueles selvagens, preguiçosos, não civilizados e que andam pelados em seu dia-a-dia.

Conforme o autor os não indígenas possuem um imaginário de que os indígenas ainda são seres primitivos, sem civilização, que não possuem uma cultura capaz de propor um desenvolvimento social, mas, no entanto, possuem diante da sociedade alguns privilégios, e não são mais explorados, como aconteceu durante a colonização do Brasil, devido toda a sua história, desta maneira muitos criticam as ações de políticas voltadas para o direito indígena. Contudo, não existem privilégios quanto aos direitos destes povos, pelo fato de que existem características que são próprias de sua cultura. Para o antropólogo (CLIFFORD GEERTZ apud FREITAS e BATITUCCI, 1997, p.1) a “cultura é uma teia de significados que o homem teceu”, nessa proposição é preciso entender a cultura do outro, pois por mais diferente e insignificante que ela pareça para nós, para o outro ela foi feita e está sendo cultivada por interesses de crenças, moral, arte ou conhecimento adquirido pelo ser humano, sendo este pertencente a uma sociedade.

Jodelet (2001) diz que esta visão leva a uma exclusão que permanece nos dias atuais, sendo usado como um objeto político e utilizado em debates políticos, pois se considera esta imagem como um fenômeno social que deve ser estudada pelas ciências sociais que se conecta com uma contribuição para uma análise desse processo que exclui, que tem sua origem nas representações sociais que os sujeitos têm dentro do ambiente cultural.

Ascelrad (2006) ressalta que o imaginário que se tem diante dos indígenas gera a exclusão e o desrespeito a todos esses povos, isto vem ao encontro com uma situação de vulnerabilidade que implica em uma exposição a riscos que levam um determinado grupo a sofrimento, seja ele físico, psicológico ou social.

Diante disso, alguns dos direitos garantidos a estes povos, como o direito de ir e vir, frequentar lugares públicos, ir ao banco etc se torna desconhecido ou negado por grande parte da população não indígena. Esta por sua vez tem sua ideia vinculada aquilo que é compartilhado por veículos de informação chamados de mídia, ficando, portanto, sabendo e entendendo somente aquilo que a mídia veicula sem se dar conta se é realidade ou não, o que torna o conhecimento dos direitos dos povos indígenas uma necessidade atual, pois este conhecimento pode influenciar no convívio social da sociedade.

3.1 REGIÃO CENTRO-OESTE: A NATUREZA FAZ HISTÓRIA, A DIVERSIDADE DE UMA CULTURA

A região Centro-Oeste é rica por sua diversidade cultural, aqui é possível encontrar uma vegetação e clima variados, uma fauna e flora exuberante, um cerrado e cultura admiráveis. Ela é conhecida pelo Pantanal Mato-Grossense, correspondente às terras de Mato Grosso de Sul e Mato Grosso. Nessa região alguns animais são destaques tanto para a população Mato-Grossense como para os visitantes, sendo eles a onça-pintada, o tucano, jacaré, sucuri, etc. O cerrado também é outra característica dessa região, pois as árvores não são altas nem muito baixas, seus troncos são tortos e possuem uma casca mais grossa, se destacando na paisagem dessa região (MORAES e MELLO, 2009).

Conforme Moraes e Mello (2009) a região Centro-Oeste corresponde aos estados de Mato Grosso, Goiás, Brasília e Mato Grosso do Sul, conforme pode-se observar na Figura 02.



Figura 02: Mapa da Região Centro-Oeste

Fonte: <mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/regiao-centrooeste>

Quanto ao aspecto físico o clima da região Centro-Oeste é basicamente quente o ano todo, e as chuvas acontecem no verão (SCHNEEBERGER, 2003).

Algumas danças também são típicas dessa região como o Cururu, Dança de São Gonçalo, Siriri, entre outras, sendo essas danças tradicionais do município de Cáceres MT (GRANDO, 2005). Outra cultura muito importante é a culinária, pois esta é famosa em muitos estados, como o arroz com pequi típico dessa região. Segundo Moraes e Mello (2009) a música característica dessa região é a sertaneja, sendo o estado de Goiás o campeão em lançar cantores famosos no mercado.

As influências indígenas estão presentes na cultura do Centro-Oeste Mato-Grossense, as celebrações destas culturas possuem um sentido específico, como venerar seu Deus e agradecer pela boa colheita, além de outras cerimônias como, casamentos, batizados e luto. Dentre as muitas festas o Kuarup, é atualmente uma das maiores festas tradicionais indígenas. Esta festa tem em seu cerne uma reverência aos mortos importantes para a aldeia depois de um ano de luto.

Também nesta festa, os mortos homenageados são representados por uma árvore sagrada chamada de Kam'ywá e a cerimônia é presente nos indígenas do Alto Xingu, no Mato Grosso. O ritual do Kuarup tem uma duração de dois dias, sendo que no “[...] primeiro de lamúrias, lamentações, choros e despedidas. Os índios, com muita dança e canto, colocam os troncos em frente ao local onde os corpos dos homenageados estão enterrados” (SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO MATO GROSSO, 2016). No segundo momento, os parentes mais próximos (filhos, esposas, irmãos) pintam os troncos com jenipapo e os envolve com faixas amarelas e vermelhas. “Sobre o tronco enfeitado são colocados objetos pessoais do homenageado, como o cocar de penas de gavião, o colar feito de conchas, a faixa de miçangas usada na cintura e outros objetos”.

Na região Centro-Oeste pode-se destacar também o município de Juína. Essa cidade se localiza na região noroeste do estado de Mato grosso a 720 km de Cuiabá, sendo desmembrada de Aripuanã no ano de 1970 devido a exploração da borracha. As terras pertencentes ao município foram vendidas a preços baixos, fazendo com que o crescimento fosse acelerado. Nesse período a exploração de minérios, madeira e atividades agrícolas e pecuárias eram a forma de subsistência da população.

Segundo Ioris (2009) mesmos com tantos riscos a serem corridos durante a longa viagem até se chegar a essa cidade as pessoas não desistiam de procurar uma vida melhor. No entanto, essa população de migrantes não sabiam que essas

terras já eram habitadas pelos povos indígenas, pois os colonizadores guardavam essa informação por temerem perdas nas vendas dos lotes. Isso iniciou alguns conflitos com os povos indígenas devido a uma necessidade de avanços na construção da cidade.

Quando se trata de proclamar aqueles que fundaram a cidade, esquecem daqueles que já habitavam esse município e aclamam os colonizadores, como aqueles que desbravaram terras desconhecidas com grandes perigos e cheios de dificuldades. Leva-se em conta que a maioria dos colonizadores vieram das regiões Sul e Sudeste pela esperança na nova terra que era vista como uma grande oportunidade. Na figura 03 a localização da cidade de Juína.



Figura 03: Mapa de Mato Grosso- Juína
Fonte:< caldeiraopolitico.com.br>

Com esse processo migratório a cidade foi crescendo, sendo emancipada em 09 de maio de 1982. A economia, nesse período, era centrada na agropecuária com a produção de café e de guaraná. O garimpo era uma atividade que atraía muitas pessoas, devido à abundância do ouro e diamante presente nessa região, se destacando pelo alto índice de violência que aumentava com o avanço migratório.

Logo que foi emancipada a cidade de Juína teve seu nome empregado pelo significado de Juína, Rainha da Floresta, em homenagem a Juyná, índia Cinta-Larga que morreu para proteger seu filho de um dos massacres ocorridos na década de 1950 (IORIS, 2009). Antes da colonização as etnias Rikbatsas, Cintalarga e Ena-

wenê-nawê já habitavam essa região, suas histórias eram registradas de forma oral destacando-se seus costumes, regras, vestimentas, etc.

Assim que nasceu a cidade de Juína, em meios a tantos sacrifícios e lutas para desbravar essas terras. Durante anos Juína foi foco de ambição devido aos minérios e madeiras que produziam um grande fluxo de dinheiro, hoje Juína é muito procurada diferentemente dos anos de colonização por ser uma cidade pacata e acolhedora.

3.2 BRASIL, AMADA PÁTRIA: DE QUAIS FILHOS DESTE SOLO ÉS MÃE GENTIL?

As terras indígenas são muito importantes para a construção da identidade cultural¹² indígena por serem consideradas algo místico, divino e que se conecta com todos os seres vivos que constroem seu eu e encarnam a mãe terra, além de cultivar o que lhe é de subsistência e de cura a enfermidades.

A construção dos conflitos étnicos começa quando a população que vê a terra como um meio de riqueza e exploração acredita que deve tomar posse das terras daqueles que destinam outro fim a terra. Isso se justifica pelo fato de que o processo de colonização influenciou na visão dos que defendem a exploração de terras. Desta forma, persisti a ideia de que os povos que habitam tais regiões devem ser exterminados a fim de que a terra seja utilizada para o comércio, como agricultura, pecuária, mineração etc (ARAÚJO, 2006).

A discriminação que os povos indígenas ainda sofrem por parte dos não indígenas, sendo tratados de forma diferentes ou até mesmo segregados, também pode ser percebida pelo fato de que existe uma discordância na definição de raça e etnia para discutir sobre os mesmos. Para Santos et al (2010) a raça pode ser considerada apenas uma, já que desde a descoberta da Lucy¹³ a compreensão de raça é a existência de apenas uma, mesmo que se considere, entretanto, que alguns

¹² "A identidade cultural foi conceituada como o conjunto de referências culturais por meio do qual uma pessoa ou um grupo se define, se manifesta e deseja ser reconhecido" (CHIRIBOGA, 2006, p.44).

¹³ [...] esqueleto feminino de *Australopithecus* que remonta a 3,2 milhões de anos atrás e que era capaz de andar ereto sobre duas pernas: apelidado de Lucy, tornou-se o fóssil mais famoso do mundo. Disponível em: <<https://netnature.wordpress.com/2015/04/09/lucy-e-a-origem-da-humanidade/>> Acesso em 27 set. 2016.

autores ainda utilizam essa definição para influência política em alguns movimentos sociais o que por muitos anos fora utilizado para disseminar preconceitos que sobrepõem um grupo ao outro.

Em alternativa, é usada a definição de etnia, esta por sua vez é definida por um conjunto de crenças culturais e linguísticas que constrói um grupo. Esta visão é muito utilizada por aqueles que buscam uma terminologia menos preconceituosa e que realmente contempla a realidade dos povos indígenas. Essas definições podem ser um dos pontos que desencadeiam os conflitos étnicos que persistem até dias atuais, porém não são somente elas que permeiam essa discussão (SANTOS et al, 2010).

No Brasil os conflitos étnicos iniciaram desde a atuação da Cora Portuguesa em que garantia o direito de posse aos indígenas, considerando-os ocupantes originários e, portanto, donos naturais. Todavia, como era de interesse dos colonos tais terras e com o apoio das autoridades da época utilizavam seus poderes para justificar o apossamento das terras que antes pertencia aos indígenas (ARAÚJO, 2006).

As tentativas seguintes da Coroa Portuguesa, só reforçaram os meios para a segregação indígena nos espaços que eram ocupados pelos próprios. Diante disso, foi proposto um aldeamento, como ressalta Araújo (2006, p. 25) “[...] destinação de áreas onde eram reunidas comunidades indígenas sob administração de ordens religiosas [...]”, outras formas de segregação se sucedeu depois do aldeamento no período colonial.

O mesmo autor diz que na Primeira República, houve uma lei chamada de Lei de Terras em 1850, que é considerada a primeira lei que regulamenta a propriedade privada, assegurando o direito de território aos indígenas. Posteriormente, no período da Primeira República já tinha o registro das primeiras invasões em terras indígenas, mesmo com a lei que havia sido promulgada anos antes, a exemplo da ocorrida na *Terra Indígena Raposa Serra do Sol*.

Esse caso é um processo que segundo Vitorelli (2013, p.220) era “uma ação popular, ajuizada por um cidadão do Estado de Roraima, que demarcou de modo contínuo a terra indígena [...]” assim como podemos visualizar na figura 04.



Figura 04: Mapa Raposa Serra do Sol

Fonte: <<http://www.reservaer.com.br/biblioteca/problematICA-indigena.html>>

Segundo o autor essa demarcação gera muitos “efeitos econômicos desastrosos ao Estado de Roraima, pela restrição de grande extensão de suas terras, então já em utilização, ou seja, invadidos por produtores rurais” (VITORELLI, 2013, p.220).

Durante muito tempo os direitos as terras aos indígenas deixaram de ser mencionadas, sendo justificado por uma fragilidade dos serviços posteriores que tentaram garantir direitos a estes povos, porém sem poderes para ajuda-los. Como a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910, no governo de Marechal Hermes da Fonseca, em que houve uma tentativa de garantir os direitos aos povos indígenas, porém o mesmo não detinha de poderes para reconhecer as terras e a situação ficou sem se alterar até a década de 1960 (ARAUJO, 2010).

A fim de diminuir as terras para os povos indígenas com o intuito do governo de titular as posses, Dantas (2014), vem nos dizer que após o golpe militar de 1964, promulgou-se uma constituição em 1967, que autorizava apenas a União para legislar o convívio do indígena à comunidade. Por tudo isso, ainda neste período o SPI é extinto devido a denúncias de corrupção o que obriga o governo a criar um

novo órgão com a finalidade de cuidar dos direitos indígenas e por meio de decreto é criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Em sequência no Governo Federal em 1973 concretiza uma lei que garanta os direitos aos povos indígenas, sendo esta a Lei 6.001, o Estatuto do Índio, que ainda hoje não foi revogada. O propósito da Lei era de integração dos indígenas a sociedade brasileira de forma pacífica e harmoniosa, sendo que as reservas indígenas poderiam ocorrer de diversas maneiras como as “Reservas propriamente ditas, Parque Indígena, a Colônia Agrícola Indígena e o Território Federal Indígena” (ARAUJO, 2006, p. 32).

No que se refere a terras indígenas Dantas (2014) ainda pontua que a definição da mesma está pautada em espaços territoriais, ou seja, a posse está caracterizada por meio de um processo político do Estado, já o território indígena refere-se a uma noção de vivência em determinada área, no caso as vivências podem ser culturais, sociais, políticas ou econômicas.

Caleffi (2003) coloca que a ideia de terras indígenas é retomada em tempos atuais como objeto de discussão já que, por muito tempo não se discute a origem das posses das terras o que dificulta o trabalho de demarcação por direito originário, gerando muitos conflitos principalmente pelos posseiros de grandes fazendeiros que muitas vezes entram em processos judiciais se estendendo de maneira quase que infinita. Diante de grandes dificuldades, o movimento indígena vem sendo fortalecido e estruturado de maneira mais adequada para que se garantam os direitos e como diz Dantas (2014, p. 37) “[...] o direito sobre as terras indígenas não imprescritíveis, isto quer dizer que o prazo para os indígenas requerem seus direitos sobre a terra são intermináveis, ou seja, não terminam com o tempo [...] [sic]”.

Existem políticas voltas não só ao direito a terras indígenas, mas à saúde do mesmo como a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) que desde 1999 vem implementando políticas de saúde indígena com o subsídio do Sistema Único de Saúde (SUS). Estes cuidados partem desde saneamento básico até as melhorias sanitárias domiciliares, pois a FUNASA tem como obrigatoriedade promover este bem-estar.

4 METODOLOGIA

O estudo realizado foi de cunho qualitativo e exploratório, pois buscou enriquecer a temática apresentada a respeito dos povos nativos *Rikbaktsas*, sendo, portanto, realizado uma análise na qualidade dos trabalhos selecionados e não nas quantidades obtidas. Para tal, esse trabalho foi embasado na revisão da literatura narrativa.

Para Cordeiro e Oliveira (2007)

A revisão da literatura narrativa ou tradicional, [...] apresenta uma temática mais aberta; dificilmente parte de uma questão específica bem definida, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção; a busca das fontes não é pré-determinada e específica, sendo frequentemente menos abrangente. A seleção dos artigos é arbitrária, provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva (CORDEIRO, OLIVEIRA, 2007, p.2 e 3).

É importante nesse momento aclarar o leitor que a revisão da literatura narrativa se faz necessária nesse trabalho, pois primeiramente procurou-se por meio de livros, sites, teses, dissertações e entre outros a busca de uma resposta a uma problemática específica. E todo esse processo é considerado pelos autores como uma revisão da literatura.

Nessa premissa, o estudo propõe uma pesquisa qualitativa e exploratória, para (ALVES, 1991; GOLDENBERG, 1999; NEVES, 1996; PATTON, 2002, *apud* TERRENCE; FILHO, 2006), a pesquisa é caracterizada como qualitativa quando o pesquisador busca adquirir mais conhecimento na proposta da temática escolhida. Também é compreendida como exploratória porque existem poucas pesquisas na área, buscando sintetizar e construir informações para o problema existente, possibilitando avanços para a problemática da pesquisa (SIQUEIRA, 2013).

Para a fundamentação teórica foram realizadas pesquisas em sites acadêmicos como o Google acadêmico, Scielo, Livros Online, Artigos acadêmicos e Livros da biblioteca AJES, com as seguintes palavras-chave: colonização de Mato Grosso; Juína; *Rikbaktsa* e Imaginário, estas por sua vez tinham por objetivo de filtrar o estudo dentro do âmbito região, que é Juína, e a análise de estudos voltados para a etnia específica que é a *Rikbaktsa* e como o imaginário se construiu ao longo

dos anos. Para a análise e discussão dos resultados optou-se pela revisão narrativa pelo fato de haver pouco material disponível sobre os povos nativos *Rikbaktsa*. Foram utilizadas monografias da Ajes para a realização da leitura sobre a temática.

O processo de inclusão e exclusão dos trabalhos selecionados para análise aconteceu da seguinte forma: primeiramente foram realizadas leituras nos trabalhos que tinham relação com a temática, posteriormente foram selecionados somente aqueles que apresentavam como discussão central dos *Rikbaktsa* da cidade de Juína MT. Os trabalhos escolhidos são recentes e compreendem o período do ano de 2010 a 2015 para uma melhor compreensão do assunto. É importante ressaltar que a análise narrativa desse estudo foi realizada por um pesquisador não indígena. A seguir os principais dados obtidos nesses trabalhos realizados por alunos da AJES.

Quadro 2: Dados disponíveis sobre os trabalhos selecionados para análise e discussão

Tema	Ano	Cursos	Autor	Objetivo	Metodologia	Resultados
Aldeia Primavera: Uma Análise Das Práticas Agrícolas Da Etnia Rikbaktsa	2010	Licenciatura em Geografia	Edinei Vicente da Costa		Pela pesquisa <i>in loco</i> foi possível perceber e confrontar os dados coletados no referencial bibliográfico com a ocorrência na contemporaneidade.	O povo indígena Rikbaktsa da Aldeia Primavera encontra-se em processo de reafirmação cultural, mantendo suas tradições agrícolas e os rituais tradicionais, mesmo após o contato com o não índio, a agricultura é praticada de forma tradicional sem a inserção de insumos agrícolas, sendo acompanhada anualmente pelos rituais que fazem parte do seu calendário.
Educação Rikbaktsa No Cotidiano Urbano Juinense: Uma Ponte Para A Valorização Da Diversidade	2011	Licenciatura em Letras	Mileide Terres de Oliveira	Com o intuito de descobrir como se estrutura a educação nas aldeias e os impactos decorrentes da inserção do indígena na escola urbana.	Essa pesquisa pioneira mostra os resultados alcançados a partir de um aprofundamento bibliográfico e entrevistas com os Rikbaktsa.	Por meio de entrevistas realizadas ao longo do trabalho observamos os diversos aspectos da influência da cultura capitalista no âmbito indígena. Constatamos também que os indígenas inseridos na escola não-indígena sofrem, sobretudo pela diferença do método de ensinar e que geralmente eles saíram da aldeia não porque queriam, mas por falta de oportunidade para continuar seus estudos. Tais aspectos serão abordados na perspectiva da educação indígena e a inserção dos índios na escola urbana.
Direito Territorial Do Povo Indígena Rikbaktsa	2012	Bacharelado em Direito	Josenalva Oliveira da Silva Almeida	Estudar o território indígena do povo Rikbaktsa localizado na região de Juína Estado de Mato Grosso.	Sistematização das informações e dados	Conclui-se ainda que, muita coisa tem que ser solucionada, quando o assunto é direito indígena, e a vontade política dos nossos governantes em relação a isso continua sendo pouca.
A Ocorrência Da Tuberculose Na Comunidade Indígena Rikbaktsa	2014	Bacharelado em Enfermagem	Karina de Castro Ferrari	Identificar a ocorrência da tuberculose (TB) na comunidade indígena Rikbaktsa do Noroeste do estado do Mato Grosso, nos anos de 2009 a 2013.	A coleta de dados ocorreu entre 01 a 30 de julho de 2014 no Escritório Regional de Saúde do município de Juína-MT.	Conclui-se, com o presente estudo, que é necessário discutir estratégias mais eficientes para o controle da TB nos vários territórios do estado de Mato Grosso, na intenção de minimizar a doença a níveis aceitáveis em nosso meio, levando em consideração as especificidades e diferenças das populações indígenas.

A Cultura Rikbaktsa E Sua Expressão Nas Brincadeiras Das Crianças	2014	Bacharelado em Psicologia	Melissa Anjos Lobato	Identificar nas brincadeiras das crianças Rikbaktsa as mais diversas manifestações identitárias da cultura expressas no brincar.	Como método de coleta de dados, pautados no caráter qualitativo, a observação participante dar-se-á onde há a presença constante do observador nas atividades do grupo ou organização pesquisada, a fim de que ele possa 'ver as coisas de dentro' (BECKER, 1987).	[...] as manifestações identitárias apresentadas no brincar são constructos das influências históricas, culturais, étnicas, níveis de consciência, auto projeção, auto identificação que influencia nas formas de ver e interpretar a realidade.
Juína, A Rainha Da Floresta: Uma História Sob O Olhar Rikbaktsa	2015	Licenciatura em Pedagogia	Patrícia Itaibele Gomes Pereira	Mostrar a história narrada pelos índios Rikbaktsa, habitantes do noroeste de Mato Grosso, atualmente nas cidades de Brasnorte, Juara e Cotriguagú	Bibliográfico e entrevistas.	Percebe-se ainda, que grande parte do território juinense pertenceu aos índios Rikbaktsa e mesmo depois de trinta e três anos de emancipação política, o juinense vê o indígena como distante, ou não pertencente ao município.

Fonte: HORA, 2016.

5 ANÁLISE DO IMAGINÁRIO INDÍGENA NAS ALDEIAS RIKBAKTSÁ: PRODUÇÕES LITERÁRIAS DOS UNIVERSITÁRIOS DA AJES

O imaginário sobre a etnia *Rikbaktsa* é construído por cada cidadão e de diversas maneiras, no ensino superior e nos mais variados cursos essa ótica não é diferente, o que mostra a diversidade de interpretações e a dificuldade em se construir um imaginário o mais próximo do real. Diante disso alguns trabalhos de conclusão de curso trazem em sua raiz discussões sobre esta etnia que vale a reflexão.

TEMA 1: ALDEIA PRIMAVERA: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS DA ETNIA RIKBAKTSÁ

Esse estudo discute como se dá o processo de práticas agrícolas da etnia *Rikbaktsa*, discorrendo sobre as formas de organização e como a agricultura é manifestada em sua ritualidade, que contempla as danças, cantos e músicas, pois consideram a terra como sagrada. Debate sobre o contato do não índio e suas consequências para a agricultura, havendo, portanto, uma necessidade de reorganização cultural que levou a etnia a modificar suas tradições sociais, como as práticas agrícolas e os usos medicinais das plantas.

Segundo Costa (2010) existe uma observação do ciclo da natureza para que se tenha o plantio de seus alimentos. Os ensinamentos dos procedimentos agrícolas são passados para os mais jovens de formar oral e posteriormente o aprendizado passo-a-passo o que mantém o laço cultural deste povo. No entanto, a saída de alguns de seus jovens para estudar levou a um planejamento antecipado para o plantio. Além disso, segundo o autor há presença de instrumentos agrícolas que não partiam de sua cultura e foram inseridas devido ao contato com o não índio.

O estudo deste autor traz uma nova imagem do indígena na área agrícola, já que mostra todo o processo do sagrado como citado acima e como o processo de contato com o não indígena fez com que muitas das concepções dos próprios nativos sobre o plantio ter mudado.

Com o acultramento que marca sua história pós-contato, houve um processo de reordenação sociocultural, no qual os Rikbaktsa procuram se orientar na busca de encaixar as mudanças criadas pelo contato com suas formas tradicionais de vida social, das quais mantêm seus princípios de organização, grande parte de suas práticas agrícolas e os rituais, de seu conhecimento da natureza, dos usos medicinais das plantas em fim o conjunto de todos os bens culturais (COSTA, 2010, p. 23).

Ainda sobre isso, vale colocar nesta discussão que o autor trouxe aspectos interessantes a serem discutidos, já que boa parte da prática agrícola atrelada a estes povos atualmente é visto como primordial para a uma vida “saudável” na cultura não indígena como exemplo disso é a não utilização de agrotóxicos para o plantio ou colheita. Isto é importante de ser destacado, devido a muitos considerarem as etnias indígenas como sujos imundos e que não tomam banho e isso se reflete na alimentação dos mesmos, entretanto Costa (2010) frisa que o processo é adequado e útil para uma reafirmação de sua identidade enquanto povo e a sua subsistência.

O povo indígena Rikbaktsa da Aldeia Primavera encontra-se em processo de reafirmação cultural, mantendo suas tradições agrícolas e os rituais tradicionais, mesmo após o contato com o não índio, a agricultura é praticada de forma tradicional sem a inserção de insumos agrícolas, sendo acompanhada anualmente pelos rituais que fazem parte do seu calendário (COSTA, 2010, p. 33).

Considera-se ainda que a transmissão cultural garante a identidade cultural que estes povos necessitam para uma “não extinção”, que inclusive foi objeto de estudo de antropólogos e historiadores durante muito tempo. Esta transmissão é encontrada no texto quando o autor coloca que “os rituais e as práticas agrícolas são repassados oralmente para as novas gerações da comunidade assim como a conscientização ambiental, principalmente na reutilização dos antigos roçados, mantendo assim um ambiente equilibrado” (COSTA, 2010, p. 33).

Com efeito, o trabalho que o autor realizou soma a tudo que se discute sobre a questão territorial e a influência do não indígena para a necessidade de uma reorganização cultural dentro das práticas agrícolas que em sua essência resiste a esse processo. No entanto, o mesmo ainda coloca que para não haver uma extinção de costumes e ritos que pertencem aos povos desta etnia, que passa sua cultura pela oralidade, é necessário o registro, como o autor o fez e demais autores ao

longo dos anos vem realizando, dado que os trabalhos acadêmicos vêm registrando tais informações.

Finalmente, é evidente que o trabalho do autor nos ajuda a desconstruir e a revigorar a importância dos indígenas na realidade e convivência com os não indígenas, posto que há um intercâmbio cultural que pode ser útil para os dois lados, bem como para uma aproximação e rentabilidade na utilização de terras e o respeito a biodiversidade da região noroeste de Mato Grosso.

TEMA 2- EDUCAÇÃO RIKBAK TSA NO COTIDIANO URBANO JUI NENSE: UMA PONTE PARA A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

Pela análise desse estudo sobre a educação indígena da etnia *Rikbakt sa* foi possível observar que existe muita discriminação quando o assunto é estudo para os indígenas. Segundo Oliveira (2011) as pessoas ainda se espantam quando se deparam com a presença do indígena no ambiente escolar urbano, sentem-se surpresos pelos mesmos estarem buscando um aprendizado, sendo esse olhar de discriminação pautado em relatos e imagens que foram transmitidos erroneamente durante décadas.

Os acadêmicos demonstram receio ao se depararem com um contato mais profundo com os povos indígenas, o que se justifica pelo imaginário que ainda se permeia neste meio, como acreditar que o indígena é selvagem, bárbaro (OLIVEIRA, 2011). Alguns acadêmicos apenas alteraram a forma de perceber os indivíduos indígenas diante do contato com os mesmos. No entanto, a aproximação do indígena neste ambiente é breve e discreta, o que dificulta o diálogo com os não indígenas. Além disso, há presente ainda, um reforço na visão de que o indígena deve ficar no lugar dele.

No continuar do trabalho da autora é possível compreender a importância de um ensino diferenciado a povos tradicionais que tem como objetivo a manutenção das tradições étnicas e uma visão mais crítica sobre os direitos que estes têm e que em muitos casos não é atendido. O texto traz um imaginário em diversos momentos em que o indígena estava distante, sem contato, e quando estes se aproximam dos não indígenas como a mesma coloca que “os acadêmicos demonstram que ficaram

surpresos por ter uma indígena cursando o nível superior [...]” (OLIVEIRA, 2011, p. 48).

Esta surpresa é algo como citado anteriormente, oriundo das influências históricas, sociais e culturais que ainda resistem nos dias atuais em muitos casos. Todavia, a mesma coloca que este imaginário vem se alterando por conta do contato com estes povos.

Haja visto, a reformulação de uma ideia passa ao campo do imaginário por meio de uma concepção do real, mas a mesma é desfeita após alguns fatos verossímeis que desmistificam este imaginário formulado, com base em outros fatores de determinado conceito (OLIVEIRA, 2011, p. 51).

Em um outro momento é possível notar que quando os indígenas tentam ingressar no mundo do ensino superior há um choque cultural que muitas vezes é seguido de preconceito e estereótipos que acabam por diminuir e reprimir os indígenas que tentam adquirir um conhecimento não indígena, ou seja, um ensino que não faz parte de sua cultura e de sua particularidade nas aldeias.

Por fim, neste trabalho há uma reflexão muito importante sobre compreender estes povos com respeito e dignidade, considerando todas as particularidades que os diferenciam de outras etnias, principalmente por participarem ativamente do cotidiano da região. Oliveira (2011, p. 56) ressalta que, “indígena é um ser diferente que deve ser respeitado em suas particularidades. Devemos entender que o pensamento deles não é o mesmo nosso, o que é importante para eles, pode não ser para nós.”

As ideias foram pautadas em descobertas por alguns trabalhos, pelo fato de que muito desconhecerem a cultura ou terem um preconceito evidente sobre estes povos, principalmente a etnia estudada, evidenciando uma relevância a estes trabalhos analisados e discutidos.

A autora neste texto busca mostrar como se dá a inserção do indígena dentro do Ensino Superior, com um enfoque nos desafios e nas divergências causadas pelos preconceitos e estereótipos oriundos de um processo de globalização e de aculturação. Isto é, os indígenas ao quererem ingressar neste meio modifica sua cultura, pois o mesmo introjeta em sua aldeia um pensamento que vem dos não indígenas, essa vontade por outro lado trava um embate com

relação a dificuldade do não indígena a compreender o que levou este povo a buscar conhecimento.

Por fim, vale colocar que esse preconceito referente a inserção de etnias indígenas no Ensino Superior, vem se alterando, já que existe projetos de implementação desde 2008 para que aqueles indígenas que gostariam de adentrar no ambiente acadêmico tenha oportunidade, o que é destaque no trabalho desta autora.

TEMA 3: DIREITO TERRITORIAL DO POVO INDÍGENA RIKBAK TSA

Almeida (2012) em seu texto procurou identificar o olhar do governo e quais ações são dadas para com os indígenas *Rikbakt sa* em relação à garantia de seus direitos territoriais. Discutindo a demarcação de terra desses nativos e quais são os critérios utilizados pela União para efetivar essa demarcação. A autora procurou fazer uma análise de comparação da população desses povos, demonstrando sua diminuição ao longo dos anos.

A questão territorial dos *Rikbakt sa* pode ser considerada uma das mais polêmicas dessa região, Almeida (2012) ressalta que desde a colonização os direitos indígenas são previstos em leis, começando por decretos até as mais recentes leis, leis estas que têm como proposta garantir seus direitos. A autora coloca que essas leis não são suficientes, pois “o reconhecimento legal não consistiu de fato um limite seguro preservador dos seus territórios” (ALMEIDA, 2012, p.62).

Os indígenas *Rikbakt sa* viveram por muitos anos isolados, até que os seringueiros invadiram suas terras, e desde então vivem em luta por direitos e garantias. Essa invasão teve como consequência a pacificação, que tinha o objetivo de demarcação de terras já habitadas pelos nativos. Isto é confirmado por Dantas (2014) ao trazer que o direito à terra indígena faz parte da visão de vivência dos mesmos no local, ao contrário da visão de territorialidade proposto pela união.

“O intuito do governo era a ocupação de terras para eles devolutas com um lema de integrar para não se entregar, em nome do crescimento econômico, essas terras tinham que ser ocupadas” (ALMEIDA, 2012, p.63), assim a União tinha o objetivo de “amansar” os indígenas para a mão-de-obra agrícola e industrial. Os

Rikbaktsa sempre lutaram por seus direitos e não se entregavam as vontades do governo.

O texto traz o imaginário indígena neste contexto, sendo enfático em muitos momentos de como as questões territoriais tornaram um motivo para criar uma imagem temível destes povos, levando-os a um processo de aculturamento como Almeida (2012, p. 59) vem nos trazer que:

O aculturamento é marca da história dos povos indígenas de forma geral, com os povos *Rikbaktsa*, “foram impostas a eles mudanças bruscas nas relações sociais internas”. Isso se deu pelo contato com os pacificadores, no curso das invasões aos seus territórios no qual os índios tiveram que assimilar uma nova cultura, dando lugar a uma nova civilização religiosa baseada no cristianismo, e os seringueiros com suas técnicas de exploração bastante desenvolvida, queriam acabar com seus costumes, com a sua forma sustentável de lidar com a floresta, dizimá-lo e os poucos que restassem seriam perseguidos até que não ficassem mais nenhuma aldeia que não se curvasse ao domínio, levando-os à completa extinção (ALMEIDA, 2012, p.59).

No entanto, a mesma ressalta que esse processo levou os mesmos a terem uma reorganização que influenciou uma mudança cultural em alguns aspectos. Isto é um ponto significativo, já que muitas das ideias introjetadas nesses povos, desconsideram a influência do não indígena nas mudanças culturais de povos tradicionais. Todavia, alguns dos aspectos culturais ainda permanecem como resistência de um povo que sofreu vários ataques ao longo de sua história. Isso se atrela a ideia de aculturação que estes povos sofreram ao longo dos anos como ressalta Assis e Nepomuceno (2008, p. 05) quando dizem que:

a aculturação é o processo de troca e/ou fusão entre culturas. Através do contato prolongado ou permanente, duas ou mais culturas permutam entre si seus valores, conhecimentos, normas, hábitos, costumes, símbolos, enfim, seus traços culturais (ASSIS e NEPOMUCENO, 2008, p. 05).

Compreende-se a partir disso como o contato com os não indígenas podem trazer muitas mudanças na vida destes povos, além de uma dificuldade de assumir uma identidade que por muito tempo era vista como intocável ou inalterável.

Almeida (2012, p. 60) nos enfatiza sobre estes aspectos que ainda resistiram através de uma declaração, a “[...] Declaração das Nações Unidas Sobre Direitos dos povos Indígenas o qual prevê “o direito de determinar e elaborar as prioridades

e estratégias para o desenvolvimento ou a utilização de suas terras ou territórios e outros recursos.” Por fim, a autora disse que a disputa e a manutenção de povos tradicionais em localidades específicas é sinal puro de uma maneira de garantir territorialidade para a União, no caso o Governo brasileiro.

O que o texto nos mostra como as questões territoriais também contribuíram para uma compreensão do imaginário que muitos não indígenas utilizavam e ainda utilizam para hostilizar estes povos nativos, mesmo que em muitos casos estes desconsideram sua influência para o comportamento ou a mudança cultural desta etnia e que se os mesmos não tivessem ressignificado alguns aspectos de sua própria cultura não teriam resistido, lutado, dentre outros importantes ganhos.

No mais, a autora conclui em sua discussão que mesmo com os debates e as lutas ao longo da história, o domínio e o extermínio de grande parte da população por sua insistência em garantir a demarcação de suas terras levaram estes povos a garantir 35 aldeias, dos quais foram conseguidas pela insistência e resistência, sendo divididas em três terras demarcadas nos anos de 1968; 1986 e 1998.

TEMA 4- A OCORRÊNCIA DA TUBERCULOSE NA COMUNIDADE INDÍGENA RIKBAK TSA

O texto aborda sobre a saúde indígena e de como ela é tratada, mostrando a visão do não índio diante dos tratamentos dessas enfermidades, em específico no caso de tuberculose, colocando em discussão as políticas públicas ao tratamento e prevenção da saúde indígena.

Ferrari (2014) diz que os casos de doenças nas aldeias são consequências do contato com o não indígena, fato desencadeado desde o processo de colonização. Segundo (ESCOBAR, et al. 2001 *apud* FERRARI, 2014, p.19) “A Amazônia brasileira é a região onde se expressa o maior risco de infecção por TB, na qual os coeficientes de incidência são os mais elevados do país”. É possível perceber que a população indígena precisa de mais atenção quando o assunto é saúde.

A autora enfatiza que a ocorrência de tuberculose entre os *Rikbaktsa* é assustadora, não há informações suficientes a respeito da doença e falta

profissionais que se sensibilizem com práticas específicas para os povos indígenas. Ainda sobre o que é possível perceber no trabalho de Ferrari (2014), é presente a percepção imaginária de indígenas que vivem isolados e sem contato com a sociedade urbanizada.

Os Rikbaktsa são caçadores e coletores, embora a agricultura já tenha passado a predominar entre as atividades de subsistência. Ao mesmo tempo, incorporaram diversas mercadorias e objetos produzidos pela sociedade que se envolve com a qual mantém relações comerciais, obtendo renda monetária nos últimos anos principalmente com a produção e comercialização da borracha, da castanha e do artesanato (sua arte plumária é das mais belas entre os grupos tribais brasileiros), estas atividades se misturam e por hora subordinam-se às atividades econômicas tradicionais (FERRARI, 2014, p. 24)

Neste trabalho, a autora não deixa claro o imaginário que é construído nas doenças que afligem os indígenas mostrando que por um lado, a autora decidiu não assumir uma posição diante da realidade observada. Do outro lado, a autora coloca a importância do profissional enfermeiro e demais profissionais da saúde devem ter uma capacitação efetiva para viabilizar um contato e um trabalho melhor.

Além disso, precisa-se dispor de um sistema de informação de qualidade, que seja atualizado corretamente e que haja uma maior educação continuada de todos os profissionais envolvidos, a fim de sensibilizar os profissionais da saúde para o melhor atendimento ao indígena (FERRARI, 2014, p. 35).

É interessante se pensarmos que o trabalho da mesma tem um enfoque em cuidado com estes povos, o que por muitas vezes está agregado aos preconceitos formulados por anos de um pensamento primordial e único. Entretanto, a mesma coloca a importância de uma qualificação profissional mais específica para o cuidado mais eficaz e digno a estes povos tradicionais.

TEMA 5- A CULTURA RIKBAK TSA E SUA EXPRESSÃO NAS BRINCADEIRAS DAS CRIANÇAS

Este trabalho trata das questões da etnia *Rikbaktsa* sobre o processo do brincar na visão dos mesmos. Garantiu-se nesse trabalho acadêmico um respeito às

tradições culturais e o contraponto com o que se espera que estas comunidades indígenas façam em sua infância.

Segundo a autora deste texto, os indígenas entendem que a criança tem seu diferencial do adulto, pelos mesmos acreditar que são seres que estão incompletos e só se tornaram completos ao aprenderem todas as relações existentes nas aldeias. Isto demonstra que há uma semelhança na maneira que os indígenas concebem o que é criança em correlação com o que por muitos anos os não indígenas acreditaram ou acreditam atualmente.

É importante entender que os costumes de uma cultura devem ser resguardados ao máximo. O texto traz o processo de passagem para a vida adulta que, dentro desta etnia é algo cultural e histórico. Chiriboga (2006, p. 46) nos diz que “ao entrar em contato com outras culturas, os grupos culturais tomam certas práticas ou traços da cultura alheia e os incorporam à sua própria identidade”.

É importante salientar que, o trabalho desta autora era de explicitar como é o processo do brincar a construção da transição entre a fase de criança e a de adulto, fato este que torna o trabalho da mesma importante para que se tenha uma desconstrução de um imaginário que até então poucos costumam comentar ou discutir, por muitas vezes acreditarem em uma imagem de indígenas menores pulando da ponte pelados e que sabem nadar desde muito cedo. Conforme Lobato (2014, p.16) “as brincadeiras das crianças estão estreitamente relacionadas com os movimentos e a representação corporal das mesmas”.

A autora do texto destaca ainda, a importância de uma continuidade da cultura dos *Rikbaktsa*, sendo uma reflexão válida para a desconstrução de um imaginário que por séculos fora perpetuado, de que estes povos estavam se perdendo em sua cultura de maneira a se extinguir. Entretanto, a autora ressalva a resistência destes povos com o imaginário a se desfazer.

Desta forma, podemos observar que a maioria dos entrevistados ensina a seus filhos, costumes como: os hábitos culinários, a confecção de artesanatos, a produção da roça, a língua materna e a dança cultural. Cada uma dessas tradições transmitidas reforça a cultura da etnia, uma vez que, a construção social está calcada nas relações estabelecidas pelos sujeitos, dentro do seu habitat, o qual constitui valores e crenças que norteiam o indivíduo (LOBATO, 2014, p. 117).

Há momentos em que se nota uma importância da compreensão da infância deste povo, já que em muitos casos a sociedade não indígena nem procura ter um contato direto para compreender a criança daquela etnia, pois acredita que são como os adultos indígenas. Esta concepção por tempos foi válida pelo fato de que o imaginário que se tinha estava atrelado a ideia de que povos nativos eram animais, ou seja, não humanos.

Por fim, a autora em seu trabalho garante uma compreensão mais próxima de uma expressão indígena, pois seu trabalho pode ser considerado pioneiro na observação e compreensão de costumes voltados a povos tradicionais na região noroeste de Mato Grosso. Esta ideia é constatada quando a mesma relata no término de seu trabalho.

[...] cada um dos resultados explicitados reforçam a concepção de que as manifestações identitárias expressas no brincar são construções das influências históricas, culturais, étnicas, níveis de consciência, autoprojeção, autoidentificação que influenciam nas formas de ver e interpretar a realidade.” (LOBATO, 2014, p. 124).

Diante de tudo que fora discutido dentro do texto pode-se dizer que a autora em seu papel de pesquisadora buscou destacar com o maior cuidado o imaginário sobre a infância com a perspectiva da etnia Rikbaktsa. Esse cuidado garante uma aproximação com um imaginário já discutido e teoriza por não indígenas, que ao longo dos séculos buscou compreender como deve ser o processo de amadurecimento do ser humano.

Para finalizar e frisando esta ideia, boa parte do texto da autora é seguido de exposições de ambos os lados, no caso indígenas, e não indígenas, o que fornece uma boa reflexão e uma riqueza de informações primordiais e necessárias para possíveis estudos a respeito da etnia Rikbaktsa. Com isso, ainda é interessante sobressair o pioneirismo deste tipo de análise para o entendimento desta etnia e assim haver uma aproximação.

TEMA 6: JUÍNA, A RAINHA DA FLORESTA: UMA HISTÓRIA SOB O OLHAR RIKBAK TSA

Ao abordar esse tema Pereira (2015) procurou trazer o histórico da cidade de Juína MT pelo olhar dos indígenas *Rikbaktsa*. A autora buscou por meio da oralidade resgatar fatos históricos desses nativos, pessoa fundamental dessa construção histórica e que pouco é reconhecida e valorizada. Realizou primeiramente uma discussão sobre o processo colonizador e suas consequências para os povos nativos, segundo Pereira (2015, p.14):

Os índios sofreram muito com o processo colonizador, perdendo seus territórios, sua língua materna, seus guerreiros, seus rituais e etc. Com o propósito de explorar o Novo Mundo e tirar tudo o que podia para integrar as riquezas da coroa, os portugueses foram incansáveis na exploração (PEREIRA, 2015, p. 14).

É visível que toda essa colonização deixou marca profundas na cultura e costumes de todos os indígenas brasileiros, Piletti e Piletti, (1990) reforçam essa ideia quando dizem que a chegada da Companhia de Jesus¹⁴, em 1549, modificou ainda mais o cotidiano dos indígenas, pois o objetivo dessa Companhia era a catequização dos nativos.

Silveira, (2007) também ressalta que os colonizadores ao se estalarem em território brasileiro provocaram grandes mudanças, deixando a vida dos nativos com um estilo europeu. Pereira (2015) coloca que os indígenas são povos guerreiros que sempre estão prontos para defender suas terras, costumes e culturas. Os *Rikbaktsa* segundo a autora são um povo rico em culturas e tradições, porém essa realidade não pode mais ser vista com frequência entre os povos pela falta de registros, pois tudo nessa etnia sempre foi passado na oralidade e aos poucos vão se perdendo.

¹⁴ Fundada em 1540 por Inácio de Loyola, a Companhia de Jesus apresentava como principal propósito a propagação da fé e o progresso das almas na vida e doutrina cristã [...] Os primeiros jesuítas enviados ao Brasil chegaram à Bahia no ano de 1549, acompanhando o primeiro Governador-Geral, Tomé de Sousa, incumbidos da tarefa de catequizar os habitantes indígenas (SANTOS, 2009, p.3).

A autora enfatiza o imaginário que o não indígena ainda tem do indígena, sempre querendo que o mesmo viva no mato, que não tenha acesso as tecnologias etc, vendo-o como um ser preguiçoso, isso só demonstra que ainda falta informação para o não indígena em relação a vida do índio, falta principalmente respeito pela diversidade.

Ainda sobre o trabalho de Pereira (2015) a mesma nos traz que esse processo de construção do imaginário indígena pode ser um processo interessante, além de necessário pra esse povo, como o fato de até mesmo os não indígenas serem aculturados quando em contato com estes povos.

Os povos indígenas sofreram muito com o processo exploratório, configurando num grande sincretismo e mudança de seu modo de vida. Como o Rikbaktsa sofreu esse processo, o colonizador também passou pela aculturação principalmente ao que se refere à alimentação, como narra o Pe. Balduino “pra mim, claro no começo foi um pouco difícil usar pouco sal, eles usavam pouco sal. Por exemplo, carne eu comecei comer peixe com pouco sal, assado ou cozido e percebi que me fez um bem enorme, eu suava muito antes e aos poucos fui diminuindo, apesar do calor, suava menos do que antes. Então senti na minha natureza, proveitos da alimentação.” (PEREIRA, 2015, p. 45).

A visão do indígena ainda é voltada a uma não necessidade de tecnologias ou visitas a zona urbana de uma cidade, sendo de preocupação para a autora deste trabalho, o que traz uma percepção do imaginário que deve ser presente sobre os indígenas. Esse fato é ressaltado quando a mesma coloca que “o ser diferente ainda é alvo de preconceito para a humanidade, restando um caminho extenso a ser percorrido para a quebra de tabus. O indígena, o negro, a mulher e outras minorias, continuam sendo alvos desse preconceito” (PEREIRA, 2015, p. 50).

É possível perceber neste trabalho, que a autora traz uma tentativa de desconstrução do imaginário que se perpetua nos não indígenas, de forma a enfatizar como concebeu o contato com esta etnia e até que ponto este contato contribui para uma comunicação entre ambos os lados. Esta ideia é válida e fundamental para que se tenha uma mudança na concepção que é presente em dias atuais com maior ou menor ênfase dependendo apenas de como alguns grupos sociais que detêm poder querem que esta população seja vista.

Ainda sobre esta concepção imaginária que tenta se aproximar do real, os vários momentos de reflexão e citação de atores de mudança na concepção dentro da Cultura juinense são importantes, pois valoriza a luta de não indígenas para a aproximação de todos. No entanto, a autora ressalta em sua conclusão que a humanidade ainda precisa caminhar para que não haja uma divisão entre nações, para que a diversidade e a sobrevivência sejam prolongadas, com respeito e dignidade a todos.

Diante de tudo que foi analisado é importante destacar que, nos trabalhos podem encontrar diversos conceitos de imaginário dos não indígenas, já que estes fizeram tais trabalhos, está presente alguns imaginários que demonstram mudanças no imaginário sobre estes povos.

O imaginário presente nos trabalhos acadêmicos mostram de uma maneira geral que há uma mudança na visão que se construíram dos indígenas, porém os mesmo não tem um protagonismo evidente, já que os trabalhos em sua maioria enfocam uma visão do não indígena para a realidade que ocorre com os indígenas, se tornado evidente como o fato de relatar os seu processo de lutas por terras, deixando claro que os mesmos antes de tudo isso sofreu uma aculturação e tentam resistir a mudanças permanecendo alguns traços de sua cultura. Um outro momento é o fato de relatar como os indígenas conseguiram entrar no Ensino Superior e como o mesmo lida com epidemias de doenças, ainda que este último a autora não discute qual o imaginário construído sobre a etnia *Rikbaktsa* e como a mesma resolve tal ideia, pois somente enfoca em dados epidemiológico esquecendo de discutir o que levou esta epidemia e qual a influência do não indígena neste processo.

6 CONCLUSÃO

O desconhecimento da construção cultural de povos indígenas até os dias atuais levam em muitos casos a uma exclusão destes povos que em sua grande maioria tem seus direitos violados, principalmente referentes a questões territoriais. Isto é reflexão de uma visão ainda colonizada de grande parte da população que não pertence a estes povos, ou apenas negam a existência.

Nas análises realizadas durante esta pesquisa, observou-se que há ainda um imaginário sobre a população indígena da etnia *Rikbaktsa* atrelado á pensamentos antropológicos antigos que se perpetuam por influência da mídia ou a fatores históricos culturais que são oriundos desde o processo de colonização da dominação destes povos. No entanto, há presente também uma mudança de concepção imaginária de alguns autores sobre esta etnia.

Esta ideia é construída a partir do momento que alguns trabalhos ainda trazerem um (pré) conceito, ou uma exclusão de um protagonismo indígena. Usando-os como meros aportes para a discussão, que são necessários e reais no ambiente social que se vive na região Noroeste de Mato Grosso. Estes trabalhos se subdividiram em dois polos ao longo da análise por levantarem estes tipos de enfoque, já que nem todos utilizaram desta visão.

No primeiro polo, estão os trabalhos que tiveram como foco este cuidado com os indígenas, porém sem levá-los a um protagonismo, como os temas 2; 3; 4. Estes trouxeram os imaginários construídos pelos não indígenas, evidenciaram a necessidade de se rever tais concepções e quais os meios para que isso ocorra. Posteriormente, o segundo polo que são os temas 1; 5; 6, tentam retomar e construir um protagonismo para os indígenas dentro do seu trabalho, de forma a auxiliar na mudança dos imaginários construídos nestes meios e como os não indígenas podem auxiliar, sem deixar os *Rikbaktsas* excluídos destes processos.

É importante dizer que apenas um dos trabalhos não deixa claro a discussão acerca do imaginário construído, pois leva em conta apenas dados epidemiológicos, isso denota uma preocupação, pois, tal trabalho viabiliza uma ideia e uma postura que pode auxiliar profissionais que atual na mesma área, isto está presente no tema 3. No mais vale dizer que todos os trabalhos até agora evidenciados e discutidos ao longo destes anos viabiliza um estudo mais humano e ético enquanto os vários

cursos que estudaram tal etnia. Muito embora, parte destes aglomerados de ideias e imagens construídos pelos autores estudados e muitos outros que abordam o tema recorrem a uma verdade encontrada na história que não possui base subsidiada por estes povos, sendo mais presente os conceitos e definições atuais apenas em momentos específicos e de cunho político.

A compreensão de como a sociedade indígena atua e como ela se organiza leva aos munícipes da cidade de Juína uma visão antiquada para a atualidade, sendo que as produções acadêmicas ao longo dos anos evidenciaram uma pequena mudança com relação ao imaginário sobre estes povos.

A psicologia e a antropologia atual podem auxiliar na compreensão e desconstrução da visão que a sociedade tem destes povos, pois em todos os trabalhos analisados poucos se preocuparam em tratar da questão indígena buscando colocar uma visão o mais próximo do real, ou seja, a imagem que se tem do indígena pelo mesmo.

REFERÊNCIAS

ACSELARD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. **II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**, Rio de Janeiro: FIBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ettern.ippur.ufrj.br/publicacoes/69/vulnerabilidade-ambiental-processos-e-relacoes>>. Acessado em: 19 set. 2016.

ALMEIDA, Josenalva Oliveira da Silva. **Direito territorial do povo indígena Rikbaktsa**. 2012. 67f. Monografia- AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO JURUENA. Juína-MT, 2012.
APOLINÁRIO, Maria Raquel (org.). **Projeto Araribá: história**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

ARAÚJO, Ana Valéria. **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”**: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acessado: 19 set. 2016.

BARCELLOS, Maurílio e BUSSATO, Ivar Luiz. Terras indígenas. In: Gomes, Élcio C. **DOSSIÊ ÍNDIOS EM MATO GROSSO**. Cuiabá: Gráfica Cuiabá, 1987.

CALEFFI, Paula. "O que é ser índio hoje?" A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. **Revista Diálogos Latinoamericanos**, núm. 7, p. 20-42, 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16200702>>. Acessado em: 19 set. 2016.

CÉSAR, Aldilene Marinho. **HISTÓRIA DO BRASIL**. Rio de Janeiro: PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO VETOR, 2010. Disponível em: <<http://www.vetorvestibular.com.br/vetor/mat/Leandro%20-%20História%20do%20Brasil%20-%20apostila%202010.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

CHIRIBOGA, Oswaldo Ruiz. O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do sistema interamericano. **Revista internacional de direitos humanos: SUR**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 42-69, 2 sem. 2006. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br//dspace/handle/2011/22567>>. Acessado em: 17 set. 2016.

COSTA, Edinei Vicente da. **Aldeia primavera**: Uma análise das práticas agrícolas da etnia Rikbaktsa. 2010. 35f. Monografia- AJES –INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA. Juína-MT, 2010.

CREPALDI, Gabrielle Baldo. **Alimentação indígena em Mato Grosso: educação ambiental e sustentabilidade entre etnias de estudantes da faculdade indígena intercultural.** 2012. Disponível em: < http://portal.unemat.br/media/oldfiles/ppgca/docs/gabrielle_crepaldi.pdf> Acesso em: 29 out. 2016.

CRUZ, Maria Nazaré da. **IMAGINÁRIO, IMAGINAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE A IMAGINAÇÃO COMO SISTEMA PSICOLÓGICO.** Cadernos CEDES Campinas, v. 35, n. Especial, p. 361-374, out., 2015. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35nspe/1678-7110-ccedes-35-spe-00361.pdf> >. Acesso em: 17 out. 2016.

DANTAS, Higor da Silva. **DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS À TERRA E O RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO DA UNIÃO.** 2014. 87f. AJES- FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO JURUENA. Juína-MT, 2014.

FAUSTO, Borís. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. Disponível em: < <http://www.usp.br/cje/anexos/pierre>>. Acessado em: 16 set. 2016.

FERRARI, Karina de Castro. **A ocorrência da tuberculose na comunidade indígena Rikbaktsa.** 2014. 44f. Monografia- AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO JURUENA. Juína-MT, 2014.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios.** Cuiabá: Secretária de Estado da Cultura, 1997.

FREITAS, Renan Springer de; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. **A falácia da interpretação da cultura como texto.** 1997. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n40-41/a12n4041.pdf>> Acesso em: 26 out. 2016.

GRANDO, Beline Saléte. **Cultura e dança em Mato Grosso.** Cuiabá: Unemat, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho A. Pressupostos psicossociais de exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, Bader. **As Artimanhas da exclusão.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1999.

IORIS, Lídio. **Juiná: Rainha da Floresta.** São Paulo: All Print, 2009.

JESUS, Nauk Maria de. A CAPITANIA DE MATO GROSSO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E FONTES. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jul.-dez., 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4807267.pdf>>. Acessado em: 19 set. 2016.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In:_____. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1999.

LEGISLAÇÃO SOBRE O ÍNDIO. Câmara dos Deputados. 2013. Disponível em: <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/12897/legislacao_indio.pdf> Acesso em: 26 out. 2016.

LOBATO, Melissa Anjos. **A cultura Rikbaktsa e sua expressão nas brincadeiras das crianças.** 2014. 140f. Monografia- AJES –INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA. Juína-MT, 2014.

LORENZI, Bruno Rossi. **O pensamento concreto.** Disponível em: <<http://www.versaobeta.ufscar.br/index.php/vb/article/viewFile/204/164>> . Acessado em: 28 set. 2016.

MORAES, Paulo Roberto; MELLO, Suely A. R. de; colaboração Marina Silveira Lopes. **Região Centro-Oeste.** São Paulo: Harbra, 2009.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses:** conversa sobre a origem da cultura brasileira. 2.ed. São Paulo: Global, 2009.

OLIVEIRA, Mileide Terres de. **Educação Rikbaktsa no cotidiano urbano juinense:** uma ponte para a valorização da diversidade. 2011. 78f. Monografia- AJES – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA. Juína-MT, 2011.

PEREIRA, Marcos Emanuel et al. Imagens e significado e o processamento dos estereótipos. **Revista Estudos de Psicologia**, 7(2), 389-397, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a20v07n2.pdf>>. Acessado em: 19 set. 2016.

PEREIRA, Patrícia Itaibele Gomes. **Juína, A Rainha da Floresta:** uma história sob o olhar Rikbaktsa. 2015. 55f. Monografia- AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA. Juína-MT, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, n. 29, 1995. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3770>. Acesso em: 29 set. 2016.

PILEETI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, Diego Junior da Silva et al. **Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar**. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/15.pdf>. Acessado em: 28 set. 2016.

SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. **Minimanual compacto de geografia do Brasil**. 1º ed. São Paulo: Rideel, 2003.

SILVEIRA, Marcelo. **O Discurso da Teologia da Prosperidade em Igrejas Evangélicas Pentecostais**. Estudo da Retórica e da Argumentação no culto religioso. São Paulo, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde.../TESE_MARCELO_SILVEIRA.pdf> Acesso em: 27 set. 2016.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SIQUEIRA, Marli Aparecida da Silva. **Monografias e Teses das normas ao projeto de pesquisa**. 2.ed. Brasília: Consulex, 2013.

TERRENCE, Ana Cláudia Fernandes, FILHO, Edmundo Escrivão. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais**. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr540368_8017.pdf> Acesso em: 27 set. 2016.

VITORELLI, Edilson. **Estatuto do Índio Lei nº 6.001/1973**. 2º ed. Juspodivw. 2013.